

“Com H sou muito homem”: masculinidades, desafios e transformações hodiernas

Sérgio Antônio Silva Rêgo¹  0000-0002-7896-9917

Joana Teixeira Ferraz da Silva¹  0000-0002-3629-3293

Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro¹  0000-0002-3264-3292

¹Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais, Gualtar, Braga, Portugal. 4710-057



ref

Resumo: Feminilidade(s) e masculinidade(s) não são características inatas a mulheres e homens per se, mas, sim, construções localizadas temporal, social e espacialmente, trespassadas por relações de poder. Sendo a própria realidade mutável, a reconfiguração das percepções socialmente estabelecidas acerca daquilo que é ser mulher versus aquilo que é ser homem é um processo expectável. Todavia, esse processo não é linear, uma vez que as transformações são, não raramente, morosas. Como tal, recorrendo a um levantamento teórico dos estudos sobre masculinidades e à sua conexão com o campo do gênero e a dados qualitativos reunidos por meio de um formulário on-line, verificam-se transformações significativas, embora insuficientes, naquilo que é hodiernamente entendido enquanto o papel do masculino, descortinando novos ângulos de problematização e possibilitando abordagens mais amplas e eficazes para a promoção da igualdade e da transformação social.

Palavras-chave: gênero; masculinidades; percepções; estereótipos; transformações.

“With an M I am very man”: masculinities, challenges and modern transformations

Abstract: Femininity(ies) and masculinity(ies) are not innate characteristics of women and men per se, but rather constructions that are temporally, socially and spatially localized, permeated by power relations. Since reality itself is mutable, the reconfiguration of socially established perceptions of what it means to be a woman versus what it means to be a man is an expected process. However, this process is not linear, since these transformations are often slow. As such, resorting to a theoretical overview of studies about masculinities and their connection to the field of gender and qualitative data gathered through an online survey, significant, albeit insufficient, transformations are observed in what is currently understood as the role of the male, revealing new angles of problematization and enabling broader and more effective approaches to promote equality and social transformation.

Keywords: Gender; Masculinities; Perceptions; Stereotypes; Transformations.

“Con H soy muy hombre”: masculinidades, retos y transformaciones modernas

Resumen: Feminidad(es) y masculinidad(es) no son características innatas de las mujeres y los hombres per se, sino construcciones localizadas en el tiempo, social y espacialmente, atravesadas por relaciones de poder. Dado que la propia realidad es mutable, la reconfiguración de las percepciones socialmente establecidas de lo que significa ser mujer frente a lo que significa ser hombre es un proceso esperado. Sin embargo, este proceso no es lineal, ya que las transformaciones suelen llevar tiempo. Así, a partir de un relevamiento teórico de estudios sobre masculinidades y su conexión con el campo del género y de datos cualitativos recogidos a través de un formulario aplicado vía internet, se observan transformaciones significativas, aunque insuficientes, en lo que actualmente se entiende como el rol del hombre, revelando nuevos ángulos de problematización y posibilitando abordajes más amplios y eficaces para promover la igualdad y la transformación social.

Palabras clave: género; masculinidades; percepciones; estereotipos; transformaciones.

Reflexões iniciais

Em 1949, no seu famoso livro *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (2019 [1949]) afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (p. 11). Vai mais além: “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (Beauvoir, 2019 [1949], p. 11). Perante isto e com nova roupagem, outras questões poderão ser trazidas a debate: “O que é ser homem?” “O que define um ser humano enquanto homem?” “O que se entende por masculinidade?”. Estes questionamentos, por mais elementares que aparentem, suscitam opiniões e interpretações difusas, gerando debates que, inclusive, contribuem para a própria complexificação da compreensão dos conceitos em causa.

Uma breve pesquisa on-line bastará para corroborar que, não raramente, informação com embasamento científico questionável é veiculada. A título de exemplo, atente-se na seguinte definição de “homem”, disponível no Dicionário Informal (2023):

Animal racional da família dos homínídeos. Indivíduo do sexo masculino. Ser humano masculino adulto. Parceiro, marido, amante, quem satisfaz uma mulher sexualmente. Indivíduo que honra o que tem entre as pernas, honra a palavra dada. Indivíduo de coragem, corajoso.

A partir dessa definição, observa-se a forma como determinadas ideias do senso comum – estruturalmente consolidadas e enraizadas, mas nem sempre cientificamente fiáveis – prevalecem, sendo transmitidas acriticamente e perpassando gerações, desconsiderando dimensões importantes e variáveis centrais que permeiam o conceito, como sendo o caso da cultura, da historicidade, do poder e capacidade de agência, dos processos de socialização, entre outros.¹ Ressaltando o facto de que, no site supracitado, qualquer pessoa pode proceder à atualização da definição dos conceitos – aparentemente sem filtragem rigorosa –, a explanação disponível é uma reprodução devota de uma visão patriarcal, promovendo o reforço de uma sociedade sexista, onde a dominação masculina (Pierre Bordieu, 2003 [1998]) é tida como o padrão: o homem é aquele que é viril, honroso e corajoso, sexualmente fervoroso e provedor da família, uma figura quase “heroica” ou “mítica”.

Como veremos de seguida, estas percepções e características ou papéis/funções são socialmente construídas e atribuídas, formando-se um “tipo-ideal” no sentido weberiano, surgindo, aqui, como uma espécie de padronização cristalizada de grupos ou pessoas (Max Weber, 1983 [1946]), procurando instaurar uma definição simplificada de modelos que visam auxiliar na compreensão superficial de padrões e comportamentos sociais. Na realidade, a questão do “ser homem” vai muito além do sexo biológico, sendo perpassada por expectativas sociais, que criam papéis tipicamente masculinos/padrões normativos e socialmente normalizados (Michel Foucault, 2005a [1975]; 2005b [1975]) e, deste modo, estabelecem aquilo que é ser homem vs aquilo que é ser diferente disso (Georg Simmel, 2016 [1908]; Erving Goffman, 1985 [1956]; Anthony Giddens, 1993; Heleith Saffioti, 2015 [2004]; Raewyn Connell, 2003 [1993]; Judith Butler, 2003 [1990]). Ou seja, vai além da materialidade dos corpos e considera a associação e a compreensão dos códigos sociais estabelecidos e utilizados, uma compreensão simbólica (Bourdieu, 1989).

Nesse contexto, estabelecem-se relações de dominação e subordinação entre os géneros e, inclusive, entre diferentes manifestações de masculinidade(s). Estas questões encontram-se no cerne das desigualdades de género e, sendo estruturantes, alastram-se aos mais variados âmbitos, como, por exemplo, à questão das desigualdades económicas, trabalhistas e salariais, étnico-raciais (Saffioti, 2015 [2004]), direitos sexuais e reprodutivos (Ana Maria Brandão, 2010; Saffioti, 2015 [2004]), de participação política ativa (Branca Moreira Alves; Jacqueline Pitanguy, 2022), de preservação ambiental (Ivone Gebara, 1997), de acesso a cuidados de saúde (Manuela Tavares, 2007), habitação (Leslie Kern, 2020), educação e produção do conhecimento (Saffioti, 2015 [2004]; bell hooks, 2021 [2004]), entre outros. Em conjunto, formam uma plêiade perfeitamente imperfeita de precariedade, exclusão e opressão, o que ressalta a importância de refletir e aprofundar o conhecimento sistematizado sobre a temática, instigando à mudança.

Assim, ultrapassando a ideia de “natureza” humana, coloca-se em crise a concepção universal que compreende e lê a realidade única e exclusivamente a partir do ponto de vista do masculino ou do homem enquanto referencial, questionando a hegemonia estabelecida, procurando desmistificar discussões e promovendo novas e distintas compreensões acerca das identidades de género.

A (re)construção dos conceitos de género e masculinidade

O conceito de género destaca-se por ser um conceito transversal e afirma-se como uma das principais contribuições do feminismo académico. É um conceito permeado por significados e significâncias tais como poder, regulação, hierarquia, aparência ou, mesmo, representações

¹ Não obstante, também a visão que é veiculada resulta de um processo histórico e cultural localizado num determinado tempo e espaço.

de identidade (Ana Maria Veiga; Joana Maria Pedro, 2015). Pode ser compreendido enquanto categoria política oriunda de uma construção cultural localizada: as diferentes concepções de gênero são oriundas daquilo que uma determinada sociedade, num determinado momento, espaço e conjuntura, define enquanto tal. Portanto, não é uma definição que deriva exclusivamente da biologia, ultrapassando uma interpretação monista e indo além da questão do sexo biológico (Butler, 2003 [1990]).

Num mesmo sentido, Joan Scott (1990) refere que o gênero é um elemento que transcende as relações sociais com base nas diferenças entre os sexos, possibilitando a compreensão das mais complexas formas de relações sociais. Esta perspectiva propicia uma expansão ao nível do entendimento, uma vez que cingir “(...) o gênero à dicotomia masculino-feminino/homem-mulher é redutor, opressor e inviável. É manter o gênero neste sistema binário. Não há que negar a sua presença. Há que assumir a presença de mais do que isso” (Marco Gonçalves, 2018, p. 21). O gênero enquanto categoria passa, então, a agregar algo que vai além das diferenças físicas e dos papéis sociais previamente estipulados e atribuídos a cada sexo, incluindo questões de ordem cultural, histórica, religiosa, política, psicológica e simbólica.

Não obstante o conceito de gênero floresça das contribuições do feminismo acadêmico, é um equívoco associá-lo como algo restrito apenas às feminilidades e aos estudos sobre mulheres (Butler, 2003 [1990]). Ao explorar os aspectos das masculinidades, é possível ampliar a compreensão sobre o quanto o conceito de masculinidade agrega à panóplia de conhecimento produzido. Deixar de lado a exploração do conceito de masculinidade seria segregar uma parcela igualmente relevante do conhecimento, um modo distinto de “olhar o mundo” e, acima de tudo, relevante também para a compreensão das próprias estruturas de desigualdade já aqui enunciadas (Connell, 2003 [1993]).

No rescaldo do reconhecimento da importância dessa “ampliação” (Connell, 2003 [1993]; Jeff Hearn, 2004; Miguel Vale de Almeida, 1995; Durval Muniz de Albuquerque Jr., 2003), e advinda das contribuições das críticas feministas e da maior fundamentação teórica do movimento homossexual em meados dos anos 1960, dá-se uma espécie de crise do masculino² que vem dar destaque às questões relacionadas com a(s) masculinidade(s). Assim, podemos considerar que a(s) masculinidade(s), enquanto conceito, é(são) caracterizada(s) por múltiplos marcadores sociais, biológicos, culturais e históricos e pode(m) ser compreendida(s) como um fenômeno de estudo recente no interior dos espaços acadêmicos.

A este propósito, Maria Luiza Heilborn e Sérgio Carrara (1998) destacam que, nas décadas de 1970 a 1990, a masculinidade passou a ser um importante objeto de investigação no meio universitário, em países da Europa, América Latina e nos Estados Unidos da América. No Brasil, em particular, esse processo começa a acentuar-se a partir de finais dos anos 1980, conforme levantamento de Karla Adrião (2005), e, em Portugal, em meados da década de 1990, conforme artigo de Lúcia Amâncio e João Manuel Oliveira (2014). Apesar de inicialmente se constatar certa resistência por parte de determinados grupos feministas (Karen Giffin, 2005) – resistência essa derivada à preocupação de que eventualmente o masculino tomasse novamente conta de determinados espaços que foram, entretanto, conquistados pelo feminismo (Adrião, 2005) –, atualmente, os próprios estudos feministas e teorias *queer* assumem grande importância na ampliação e uso quer do conceito de gênero, quer do conceito de masculinidade(s), na sua diversidade (Benedito Medrado; Jorge Lyra, 2008; Sofia Aboim, 2017).

Assim, diversas contribuições são aditadas ao longo do tempo, por exemplo, através da (re)leitura e (re)interpretação de textos clássicos e novos materiais e reflexões de múltiplas áreas, surgindo novas problemáticas, abordagens e objetos de estudo. As diferenças no interior das sociedades, a hierarquia estabelecida, o papel da sexualidade na reprodução, a educação, (re)produção e reforço desses papéis atribuídos, as relações de poder existentes, a ideia de ordem social, entre outras discussões, passam também a ser observadas sob o prisma da(s) masculinidade(s).

No que se refere ao conceito de masculinidade(s) em concreto, podemos analisá-lo como sendo algo dinâmico, híbrido e plural (Connell, 2003 [1993]; Aboim, 2017). Como refere Aboim (2017, p. 13), na senda de Connell (2003 [1993]), trata-se da “noção de que os homens podem mudar e a de que a masculinidade não é nem estática nem universal”. Com isto, concorda-se que são passíveis de ser identificadas várias (e distintas) manifestações ou modelos de masculinidade que, inclusive, se hierarquizam internamente. Assim, o desenvolvimento desta área de estudo, além de contribuir para continuar a descortinar a posição de opressão à qual as mulheres se viram sujeitadas, auxiliou também o descortinamento das posições de subalternidade “ainda que plasmadas nos corpos de outros homens considerados não-dominantes”, não esquecendo,

² Essa crise passa a questionar, dentre outras questões, a violência – em suas mais amplas faces, com especial atenção à violência doméstica –, os cuidados com a saúde (ou a ausência destes), o assédio sexual, o desempenho dos papéis de provedores da família e, conseqüentemente, o desempenho no próprio mercado de trabalho e a quase exclusividade em algumas das áreas, além da ascensão do neoliberalismo e a selvageria do capital por baratear a mão de obra e requerer mais mercados.

porém, que “o poder dos homens é estrutural” (Aboim, 2017, p. 13-14), independentemente do seu posicionamento na “hierarquia intramasculinidades”.

Introduziu-se, assim, o conceito de masculinidade hegemônica, sistematizado por Connell em finais da década de 1980 (1987, p. 183-189). Este procura definir/legitimar o papel violento/repressivo que é exercido pela simbologia do masculino normativo e toda carga negativa que é imposta a esse constructo social. Dessa forma, a masculinidade hegemônica é construída com base em relações de poder e hierarquia estabelecidas, quer entre diferentes manifestações de masculinidade – sendo umas pejorativamente mais associadas a aspectos femininos, o que, recorrendo à visão conservadora, reveste uma conotação com algo inferior, hierarquizando-as e subordinando-as –, quanto em relação a outros atores sociais, como mulheres e crianças, numa lógica semelhante à que se desenvolve no interior das próprias instituições (Connell, 1987, p. 183, 186; Foucault, 2005a [1975]; 2005b [1975]).

Neste sentido, o termo “hegemônico” não é propriamente estabelecido com base na violência ou poder bruto – embora características como virilidade, força, ausência de sentimentos e comportamento dito honroso sejam de destaque –, mas, sim, pela “ascensão” com base na concepção Gramsciana (Antonio Gramsci, 1982 [1932]) de disputas/conquistas de poder ao nível das forças sociais, políticas e culturais, através das próprias instituições e da doutrinação (Connell, 1987, p. 184). Assim, a masculinidade hegemônica não é um algo fixo, mas, sim, pluralizado, englobando diversas formas de poder e compreendendo um complexo jogo de forças e influências (Aboim, 2017).

Como refere Luísa Saavedra (2004, p. 107), “construindo-se, fundamentalmente, por oposição à feminilidade, a masculinidade hegemônica é, geralmente, definida em termos daquilo que não é: um homem não é uma mulher, um homem não chora, um homem não sente”. Porém, o conceito de masculinidade não é simplesmente o oposto da feminilidade. Nas palavras de Vale de Almeida (1996, p. 163), que procura uma ampliação conceptual, “se masculinidade e feminilidade são, ao nível da gramática dos símbolos, conceptualizadas como simétricas e complementares, na arena do poder são discursadas como assimétricas”. Assim sendo, a polarização feminilidade *versus* masculinidade, encaradas enquanto categorias homogêneas e reificadas, aparece como essencial para a manutenção de uma “ordem de género que garante uma posição dominante de alguns homens sobre outros e também sobre as mulheres” (Manuela Carrito; Helena Araújo, 2013, p. 141).

Por conseguinte e aproveitando o enlace, é fundamental evitar cair na armadilha de perceber as masculinidades hegemônicas de forma binária, divididas apenas entre aquelas consideradas dominantes e as subordinadas. Como refere Connell (1987, p. 183), dentro dessa “linha hierárquica”, as possibilidades de variação (e dominação) são múltiplas. Na verdade, a construção das masculinidades (hegemônicas e não só) ocorre por meio das relações sociais, em trocas fluidas, marcadas por mudanças perenes, englobando uma série de ambiguidades e complexidades (Medrado; Lyra, 2008).

Como tal, torna-se relevante a adoção de uma visão interseccional (cf., entre outros, Weber, 1983 [1946]; Patricia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021 [2016]), que abarque as mais diferentes categorias e características expressivas/diferenciadoras. Não obstante efetivamente se verifique uma maior abertura e flexibilidade em relação a estas questões e um maior debate venha sendo estabelecido, muitos desafios prevalecem ainda. Contudo, há que reconhecer as mudanças e essas mudanças promovem não apenas uma transformação ao nível da concepção daquilo que é “ser homem”, mas também em toda a estrutura societária. Estas abrem espaço para relações mais equitativas, padrões de género menos rígidos/estandardizados, e vêm promovendo uma dissolução – lenta, mas que está em processamento – dos estereótipos tradicionais (Aboim, 2017).

Masculinidades em foco: caminhos de pesquisa

A presente investigação, de carácter exploratório-explicativo (Antonio Gil, 2008 [1989]), foi conduzida tendo por base uma metodologia de cariz qualitativo (Uwe Flick, 2005). Para tal, recorreu-se ao método de levantamento bibliográfico (Marina de Andrade Marconi; Eva Maria Lakatos, 2003) e à análise de dados quantitativos e qualitativos, cooptados através de um formulário on-line. O formulário em causa – produzido com recurso à ferramenta *Google Forms* – esteve disponível para preenchimento durante cerca de duas semanas, especificamente no decorrer do mês de junho de 2023. No total, foram obtidas 73 respostas válidas.

A divulgação do questionário foi efetuada através das redes sociais do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais (GEICS), com sede na Universidade do Minho (Braga, Portugal). Deste modo, no que se refere à amostragem, pode-se referir que foi adotada a lógica dos “surveys com autosseleção irrestrita”, como designada por Mick Couper (2000), reconhecendo que esta poderá afirmar-se enquanto uma das limitações do estudo – a par do curto período de aplicação –, dada a falta de controle sobre as respostas. Ademais, ressalva-

se ainda que as respostas não foram espacialmente delimitadas, nem foram estabelecidas quaisquer limitações no que ao gênero dos/as participantes se refere.

O formulário foi elaborado em língua portuguesa e contou com 22 questões, 11 objetivas e 11 discursivas, divididas ao longo de 4 seções. As seções e respectivas questões versam sobre aspectos sociodemográficos, percepções acerca da(s) masculinidade(s), familiaridade com o conceito, passando ainda pela concordância ou discordância em relação à transformação ou à manutenção das percepções ao longo do tempo.

Os dados obtidos foram posteriormente trabalhados com recurso à análise estatística descritiva (Réjean Hout, 2002) e à análise de conteúdo (Laurence Bardin, 1977), como se explorará de seguida.

Dos números às vozes: dialogando com os dados

Antes de partir efetivamente para a análise, e por forma a traçar um perfil dos/as participantes e a explorar as características do objeto empírico, foram colocadas questões de caráter sociodemográfico que se apresentaram enquanto relevantes para a compreensão dos fenómenos observados. Por meio dessas questões, pode-se averiguar que o gênero feminino representa a maioria das participantes, com 41 respostas registadas, o que perfaz 56,1% da amostra. Já no que ao gênero masculino se refere, registam-se um total 30 respostas, o que, em percentagem, perfaz os 41,1%. Não obstante a prevalência das categorias binárias, aparecem ainda representados o gênero fluido e o não binário, cada um com uma (1) pessoa, correspondendo a 2,8% da amostra. Partindo da observação destes dados preliminares, ressalta-se a curiosidade de que, num estudo sobre masculinidades, o gênero feminino aparece como mais proativo ou responsivo face ao apelo para participação no estudo. Aqui podem ser apontadas diversas hipóteses, nomeadamente o facto de que as mulheres se encontram mais sensibilizadas ou conscientes face à temática abordada, algo que poderá advir da maior participação no âmbito do próprio movimento feminista, além de que, histórica e academicamente, as mulheres tendem a ter prevalência nesta área de estudo (Heloísa Buarque de Hollanda, 2018). Ademais, associado a isto, poderíamos ainda explorar a hipótese da existência de uma possível predisposição das mulheres para o preenchimento, embasada na ideia do “auxílio ao Outro” e o idealizar da mulher enquanto aquela que está – ou deveria estar – sempre disponível e permanentemente paciente, algo que se encontra alinhado com o seu papel – socialmente criado, alimentado e incutido – de cuidadora (Helena Hirata, 2022).

No que à idade se refere, percebe-se que o apelo à participação chegou com maior eficácia a um grupo de pessoas maioritariamente mais jovem. Tal poderá ser explicado pela maior acessibilidade e familiaridade destas faixas etárias com o meio de divulgação utilizado – lembre-se, as redes sociais –, bem como devido à influência da rede (ou bolha) de contatos pessoais do/as autor/as, que atuaram enquanto elementos ativos na divulgação da ferramenta de recolha. Em termos numéricos, o grupo etário com maior representação situa-se entre os 26 e os 35 anos, representando 35,6% da amostra. Seguem-se os/as participantes até 25 anos (30,1%), os/as participantes situados entre os 36 a 45 anos (20,5%) e os/as participantes situados entre 46 e 55 (8,2%). Acima de 56 anos e agregando as duas últimas categorias contempladas no questionário – “de 56 a 65 anos e superior a 66 anos” – surgem apenas 4 respostas, perfazendo um total de 5,6%.

Quanto à orientação sexual, a maioria dos/as participantes identifica-se com a heterossexualidade, o que representa 67,1% da amostra. De seguida, surgem os/as bissexuais (20,5%) e homossexuais (8,2%). As categorias assexual, pansexual e heteroflexível contam com um/a participante cada, o que perfaz uma representação de 4,2% na sua totalidade.

No concernente ao país de residência e mobilizando números absolutos, os/as participantes distribuem-se por cinco países distintos, nomeadamente: (i) Brasil (46); (ii) Portugal (24); (iii) Alemanha (1); (iv) Emirados Árabes Unidos (1); e, por fim, (v) Espanha (1). Uma vez mais, a composição do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais – especialmente no que à nacionalidade dos/as seus/suas integrantes se refere –, bem como o público-alvo das suas iniciativas e “utilizador-tipo” das suas redes sociais, se espelha nas respostas coletadas neste quesito, justificando a prevalência dos/as participantes brasileiros/as e portugueses/as. Uma vez mais, a própria nacionalidade e as redes de contato pessoais do/as autor/as exercerão também elas influência neste âmbito.

Ora, no que respeita à escolarização, a maioria dos/as participantes possui o Ensino Superior completo (licenciatura/graduação), perfazendo um total de 42,86% da amostra. De seguida, surge o Ensino Médio/Ensino Secundário incompleto (18,57%), o grau de Mestre (14,29%) e o grau de Doutor/a (8,57%). Na sequência, o Ensino Médio/Ensino Secundário completo surge ainda com uma expressão de 7,14% e o Ensino Superior incompleto com 5,71% de respostas arrecadadas. Por fim, o Ensino Fundamental/Educação Básica representa 1,43% da amostra, assim como o Ensino Técnico. Novamente e numa lógica semelhante, a presença do/as autor/

as no meio académico poderá justificar a forte representação de participantes detentores de Ensino Superior (quer completo, quer incompleto).

Os/as participantes foram ainda questionados em relação ao rendimento médio mensal auferido.³ Por se tratar de uma questão delicada, a resposta foi colocada como sendo de carácter facultativo, isto é, não obrigatório. Como tal, 26% dos/as participantes optaram por não responder, afirmando-se esta categoria enquanto a maioria. Logo após surge a categoria respeitante aos/as participantes que auferem um salário mínimo ou menos de um salário mínimo mensalmente, perfazendo um total de 23,3%, e aqueles/as que auferem cerca de dois salários mínimos, totalizando os 20,6%. Já 16,4% dos/as participantes alegam ainda auferir uma média de três salários mínimos mensais e 13,7% confidenciam que o rendimento médio mensal é composto por quatro ou mais salários mínimos.

Em termos religiosos, a maioria dos/as participantes considera-se Ateu/Ateia (30,1%), seguidos/as pelos/as Cristãos/ãs Católicos/as (28,8%) e Agnósticos/as (9,6%). Encontram-se exprimidas ainda as religiões Espírita (8,2%), Cristã Evangélica (6,8%) e Umbanda/Candomblé (4,2%). Tal como na questão relativa aos rendimentos auferidos, as respostas a esta questão eram de carácter facultativo, pelo que surgiram várias respostas (ou não respostas) como “Não sei” (6,8%) e “Prefiro não dizer” (5,5%).

Referente à etnia, os/as participantes caucasianos/as afirmam-se enquanto grupo de maior expressão (46,5%), seguido do pardo/a (13,7%), negro/a (4,1%) e amarelo/a (1,3%). Uma vez mais, 23,3% dos/as participantes optaram por não responder e 11% não souberam situar-se etnicamente. A este respeito, cruzando, por exemplo, com a informação recolhida relativa ao nível escolar dos/as participantes e lembrando a influência da “bolha” de contactos do/as autor/as, os dados são reveladores na medida em que nos poderão conduzir a outros questionamentos pertinentes – que, não obstante, não poderão aqui ser desenvolvidos de forma aprofundada –, nomeadamente “quem se encontra representado nos espaços académicos?” e “quem faz parte do círculo próximo do/as autor/as?”, algo que não deixa de expressar uma realidade estruturalmente segregadora, dissimulada e racista (Silvio Almeida, 2019).

No que concerne ao espectro político no qual os/as participantes se posicionam, a esquerda foi o grupo de maior preponderância (49,3%), encontrando-se, no extremo oposto, dois participantes que se identificam, nomeadamente, enquanto “anarquista” e “patriota”. A posição central teve também uma preponderância de destaque, com 13,7% participantes que se identificam como “centro esquerda”, 6,8% que se identificam enquanto “centro” e 5,5% que se identificam enquanto “centro direita”. A direita surge também representada com 8,2% e a extrema esquerda com 5,5%. 8,2% optaram por não responder à questão em causa.

Assim, e não obstante os dados recolhidos acarretarem o peso de certas limitações já enunciadas no decorrer da exposição sociodemográfica, tornou-se possível traçar um perfil do/a participante-tipo da pesquisa, nomeadamente “mulher”, de residente no “Brasil, heterossexual, branca”, detentora de “curso superior, ateia” e que se situa no espectro político da “esquerda”. Posto isto – e consciencializado/as em relação ao facto de que este perfil-tipo provê determinadas respostas situadas num contexto territorial, económico, social e ético-político específico, que, invariavelmente, exerce influência inegável –, se avançará, de seguida, para o debate sobre percepções teóricas alimentadas e difundidas em relação ao conceito primordialmente abordado na investigação, o conceito de masculinidade.

O ser homem e a(s) masculinidade(s): performances, conceito e (re) interpretações

Numa primeira abordagem específica à temática e procurando indagar a familiaridade dos/as participantes para com o conceito de masculinidade, estes/as foram questionados em relação ao conhecimento ou desconhecimento do mesmo. 82,19% da amostra referem que se encontram familiarizadas, sendo que apenas 2,74% reconhecem que não possuem conhecimento prévio sobre o conceito. Ademais, os restantes 15,07% dos/as participantes confessam não ter a certeza sobre aquilo em que consiste o conceito, embora já tenham tido algum tipo de contacto com o mesmo. Este facto poderá demonstrar o desinvestimento na difusão de informação relativa à temática do género e, em especial, da masculinidade e da educação para a sexualidade (Guacira Lopes Louro; Jane Felipe Neckel; Silvana Vilodre Goellner, 2003), especialmente nos meios educativos tradicionais, formais e informais, bem como reflete a subexploração geral da temática (Amâncio; Oliveira, 2014).

Na sequência da questão anterior, foi solicitada aos/as participantes que afirmam estar elucidados/as acerca do conceito informação relativa ao meio através do qual obtiveram o conhecimento acumulado e contactaram efetivamente com o mesmo. Foram previstas, à partida, determinadas opções de resposta e, eventualmente, dada a possibilidade de

³ Tomou-se como base a referência de salário mínimo de cada país. Portanto, essa informação não leva em consideração o poder de compra, haja vista a profunda discrepância existente entre o ordenamento monetário de cada país.

acréscimo de outras hipóteses inicialmente não contempladas. Ademais, ressalva-se que os/as participantes poderiam optar por selecionar mais do que uma resposta, ou seja, as respostas eram de caráter cumulativo.

Através dos dados, foi possível constatar que o “grupo de amigos/as e a família” desempenhou um papel significativo enquanto primeira fonte de contato com o conceito, mobilizando um total de 83,33% de respostas. Isto reflete a importância do processo de socialização na modelagem do ser e na formação da personalidade e identidade, podendo vir a representar aquilo que é a incorporação ou a recusa daquilo que são os papéis socialmente atribuídos e as ideias socialmente construídas e difundidas, ao encontro do explorado por Karine Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (2010), propiciando uma aceitação tácita do apresentado ou, por outro lado, uma reflexão crítica e, por conseguinte, maior capacidade de agência/ posicionamento, no sentido de Giddens (2000 [1979]).

De seguida, surgem as “redes sociais” (58,33%) e as “escolas e/ou universidades” (56,66%) como os meios mais profícuos de difusão e de introdução à temática. Este fenómeno encontra-se alinhado com dados recolhidos no recente Kit de Ação “#ElesPorElas” da ONU Mulheres. Neste, reflete-se sobre o impacto de campanhas difundidas nas redes sociais na possibilidade de desconstrução de estereótipos masculinos, nomeadamente a hashtag #HeForShe, promovida pela ONU Mulheres, que, entre outras questões, coloca em perspetiva o papel do homem na sociedade contemporânea. Essas campanhas têm contribuído para trazer discussões sobre masculinidades para espaços públicos e digitais, estimulando mudanças culturais progressivas. Ademais, também em contexto académico, é reconhecida a importância do debate e do compartilhamento/troca de conhecimento embasado no processo de consciencialização e desconstrução, nomeadamente através de estudos diversos, como, por exemplo, no trabalho de Ana Brandão, Sérgio Rêgo e Joana Silva (2021).

A estas, aditam-se ainda o “telejornal ou outros programas televisivos” (20%), o “meio profissional” (3,33%), a “igreja” (1,66%) e “pessoas em geral” (1,66%). Ora, assim, é possível observar que os meios primordiais de difusão da informação são, essencialmente, aqueles caracterizados enquanto “informais”, o que poderá despoletar um debate acerca da qualidade da informação que é veiculada, qualidade essa parametrizada no sentido de uma educação sexual que seja, realmente, emancipatória e esclarecida ou, no seu oposto, uma educação sexual que perpetua estereótipos e assegura a manutenção de hierarquias e estruturas opressoras (Jimena Furlani, 2011).

Posteriormente, procurando conduzir os/as participantes a um maior nível de profundidade e instigar a uma reflexão crítica, os/as mesmos/as foram confrontados/as com uma questão relativa a percepções particulares sobre “o que é ser homem?”. Para esta questão, foi obtido um amplo e diverso conjunto de respostas, posteriormente categorizadas, agregadas e analisadas em quatro grupos, nomeadamente: (i) o mito do “super-homem”; (ii) visão biologizante; (iii) identidade, percepções e expectativas; e, por fim, (iv) perspectivas ambíguas.

A primeira categoria – pelo/as autor/as designada “mito do ‘super-homem’” – diz respeito a uma visão estereotipada sobre as masculinidades, que inclui características associadas a códigos e arquétipos de virilidade (Ivan Jablonka, 2021 [2019]), bem como o ser poderoso, corajoso, determinado, portador de profundo desejo e vigor sexual, ser provedor e não demonstração de sentimentos considerados frágeis. Essa categoria encontra-se intrinsecamente associada ao conceito de masculinidade hegemônica (Connell, 2003 [1993]), alicerçada a partir da heterossexualidade, dominação masculina e da subordinação de outras masculinidades e de grupos sociais historicamente marginalizados (Aboim, 2010). Podemos mobilizar, ainda, a ideia de “mito adâmico”, trabalhada por Paul Ricoeur (2020 [1960]) – que auxiliou, de certo modo, a estabelecer uma espécie de naturalização de uma pretensa inferioridade feminina –, e a cristalização de valores e padrões sociais como apresentados por Norbert Elias (1994 [1939]). Esta percepção do conceito é transmitida nas narrativas infracitadas:

Ser Homem é ser corajoso, responsável, é ser forte, é amparar a mulher com carinho, é ser respeitoso e carinhoso, o homem deve prover sua família, arcar com as consequências de suas escolhas (mulher, residente no Brasil, faixa etária dos 56 a 65 anos).

Ter liberdade, honra e independência (homem, residente em Portugal, faixa etária dos 36 a 45 anos).

Ser homem é ser responsável e incrível (mulher, residente no Brasil, faixa etária até aos 25 anos).

A segunda categoria está relacionada com uma compreensão daquilo que é ser homem amparada na “visão biologizante” (ou, ainda, o que é ser mulher, já que se baseia numa espécie de antagonismos de um ao outro). Assume uma perspectiva reducionista, baseada em características cromossômicas e anatômicas, relacionadas à genitália. Em outras palavras, essa visão associa principalmente características físicas e fisiológicas ao sexo atribuído no momento do nascimento. Adota, ainda, uma perspectiva binária do ser humano, sintetizada apenas em

feminino e masculino (Amâncio, 2010 [1994]; Butler, 2001; 2003 [1990]; 2006; Saffioti, 2015 [2004]; Johanna Schouten, 2011). Deste modo, essa visão biologizante não leva em consideração questões históricas, sociais e culturais associadas à construção do gênero, simplificando a compreensão do que é ser homem e do que é ser mulher e, ademais, não reconhecendo a existência de outras formas de estar no mundo – ou, quando reconhece, inferiorizando-as.

Possuir genes masculinos, ou seja, par de cromossomos XY (homem, residente no Brasil, faixa etária dos 26 a 35 anos).

Sexo biológico. Só isso (mulher, residente no Brasil, faixa etária dos 26 a 35 anos).

Um sexo (homem, residente em Portugal, faixa etária dos 26 a 35 anos).

A terceira categoria, denominada “identidade, percepções e perspectivas”, abrange uma compreensão que considera a formação sociocultural do sujeito, a aceitação e a pertença às novas identidades, bem como a continuidade da construção humana, levando em consideração as diferenças sociais e históricas entre os sexos. Dito de outro modo, trata-se de uma abordagem que amplia a compreensão do sexo e incorpora o conceito de gênero, aprofundando a discussão para além da dimensão exclusivamente biológica. Essa perspectiva reconhece a influência da construção cultural da feminilidade e da masculinidade, não se limitando à dicotomia entre mulher e homem, existindo diversa produção científica neste sentido (cf., entre outros, Aboim, 2017; Vale de Almeida, 1995; Brandão, 2010; Connell, 2003 [1993]; Francis Dupuis-Déri, 2022 [2018]; Jablonka, 2021 [2019]; Medrado; Lyra, 2008).

“Ser homem” parte de uma concepção histórico-cultural de uma sociedade patriarcal, consequentemente, ditando os deveres do ‘homem’. Creio que seja uma expressão que carrega diversos estereótipos e rótulos (homem, residente no Brasil, faixa etária dos 26 aos 35 anos).

Apesar de reconhecer que existe uma série de expectativas sociais associadas a “ser homem”, pessoalmente não tenho grandes associações ao termo. Ser homem é identificar-se como tal (mulher, residente em Portugal, faixa etária dos 26 aos 35 anos).

Identificar-se com o sexo masculino e com os papéis e expressões do gênero masculino (mulher, residente nos Emirados Árabes Unidos, faixa etária dos 36 aos 45 anos).

Por fim, a categoria designada como “ambígua” faz referência e agrega respostas que não foram passíveis de encaixe nas categorias supraenumeradas. Nestas, não foi possível depreender com exatidão a perspectiva dos/as participantes em relação ao conceito trabalhado e sobre aquilo que é ser homem de forma concreta, posicionando-se os/as participantes, precisamente, de forma ambígua ou pouco transparente, mobilizando respostas que podem ser interpretadas como vagas, incompletas, sarcásticas e/ou dúbias. Como tal, e procurando prevenir interpretações errôneas, essas narrativas não foram consideradas na análise.

No seguimento, os/as participantes foram confrontados/as com uma questão relativa à transformação das percepções socialmente construídas e estabelecidas sobre a masculinidade. Procurou-se indagar se, recorrendo à sua perspectiva particular, se verificam ou não transformações relativas ao conceito – quer a nível teórico, quer a nível prático e do discurso – e se isso era encarado enquanto algo positivo (quer considerassem que se verificam efetivamente transformações, quer considerassem que as percepções e práticas não sofreram alterações). Com base nos relatos, foi, então, possível constatar que a maioria (89%) dos/as participantes consideram que, ao longo do tempo, ocorreram transformações nas percepções socialmente estabelecidas em relação à masculinidade. Contudo, foi também possível constatar que estas transformações nem sempre são encaradas enquanto algo positivo. Posto isto, as respostas obtidas foram agregadas/sintetizadas em duas categorias genéricas dicotômicas, sendo elas (i) transformações percebidas enquanto positivas, porém insuficientes e (ii) transformações percebidas enquanto negativas.

A primeira categoria prende-se com as “transformações que podem ser consideradas positivas, embora insuficientes”. As respostas expressam uma visão crítica, mas positiva, em relação às mudanças, reconhecendo avanços no sentido de uma maior equidade entre os gêneros e certa dissolução de estereótipos e papéis pré-estipulados e/ou pré-atribuídos. Diversas mudanças têm sido observadas em diferentes áreas, tais como a família, o mercado de trabalho, a educação, a saúde, (luta contra) a violência e a gestão dessas esferas distintas (Wall *et al.*, 2016), algo que as narrativas corroboram. Esta informação vai ao encontro dos resultados e das reflexões divulgadas num recente relatório da ONU Mulheres desenvolvido em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (UN Women, 2021), que indica uma maior aceitação de novas masculinidades entre os participantes, aceitação essa alinhada com a crescente conscientização sobre igualdade de gênero na América Latina.

Estas mudanças, embora consideradas insuficientes, são, no entanto, encaradas enquanto positivas e como um caminho necessário e urgente a percorrer rumo a uma diminuição efetiva

das desigualdades. Ora, essa diminuição das desigualdades “implica mudanças profundas não só na condição feminina, mas também na masculina, em particular nas identidades e nas formas de ser homem na vida privada” (Karin Wall *et al.*, 2016, p. 16). Nas palavras de Wall, Aboim e Cunha (2010, p. 460):

[...] com a erosão dos velhos modelos de masculinidade e a construção de novas formas de organizar a vida familiar, também os homens se viram, e se vêem, convocados à mudança e à reconstrução de si mesmos, das suas práticas, dos seus valores e das suas identidades.

Como tal, e ao encontro dos relatos infra, ao repensar o papel social do homem na sociedade, abrem-se espaços para perspectivas de igualdade:

Toda a mudança que seja inovadora é positiva. O facto de aceitarmos melhor as características associadas ao homem e percebermos que essas características foram construídas e, por isso, podemos desconstruir, possibilita a mudança e o avanço (mulher, residente em Portugal, faixa etária dos 26 aos 35 anos).

Eu acho que são positivas principalmente em relação à questão das mulheres, que já não são tão escravas da casa e têm mais liberdade... mesmo eu com a minha mulher, que já temos uma idade... (homem, residente em Portugal, faixa etária dos mais de 65 anos).

Não obstante, como referido e de acordo com os relatos infracitados, tais transformações não são ainda satisfatórias, na medida em que ficam aquém daquilo que seria expectável e necessário. Ao encontro do boletim estatístico apresentado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – Portugal (CIG) (Governo de Portugal, 2022, p. 12) e a título de exemplo, “persiste o padrão masculino de reduzida alocação de tempo destinado ao trabalho doméstico e do homem como executante secundário da produção doméstica”. Essa discrepância sugere que, embora as percepções estejam evoluindo, as práticas cotidianas ainda não refletem plenamente essas mudanças, indicando a necessidade de ações mais efetivas para promover a equidade de gênero nas responsabilidades domésticas (e não só).

Portanto, é de suma importância continuar a investir em políticas públicas promotoras de igualdade, de um modo particular políticas que exerçam influência no âmbito dos contextos primários de socialização, embora não apenas nestes. Porém, sendo estes espaços preponderantes no que se refere à construção, veiculação e inculcação de papéis e estereótipos de gênero, poderão também ser aproveitados enquanto espaços primordiais de desconstrução e de luta contra essas mesmas ideias preconcebidas e para a difusão de novas ideias, mais abrangentes e criadoras de um novo senso de “todos, sem diferença nem exceção”:

Apesar da expansão desse diálogo, ainda acho seu alcance muito limitado. Há muito mais resistência a esses debates do que acolhimento como experiência enriquecedora para a sociedade como um todo. Percebo um maior interesse por parte das gerações mais novas nas discussões sobre masculinidade do que pelas mais velhas, mas, mesmo esse, parece ser muito reprimido por medo de repressão social, muitas vezes sendo colocado como ‘coisa de bixinha’ e uma rejeição da masculinidade em vez de um olhar mais profundo sobre ela (mulher, residente no Brasil, faixa etária até ao 25 anos).

Mudanças que trazem luz aos padrões que produzem e reproduzem comportamentos agressivos, violentos e discriminatórios são sempre positivas e bem-vindas, mas, se pudesse escolher mais de uma resposta, marcaria também insuficientes, pois ainda há muito para avançar (mulher, residente em Espanha, faixa etária dos 26 aos 35 anos).

Mesmo que se tenham verificado progressos significativos, ainda há muito a ser feito para alcançar a igualdade de gênero, como a desconstrução dos estereótipos de masculinidade e a aceitação de diferentes expressões de masculinidade (mulher, residente em Portugal, faixa etária dos 26 aos 35 anos).

Refere-se a todos, “sem diferença nem exceção”, pois é importante destacar que esta luta pela igualdade não se cinge apenas aos interesses das mulheres, devendo considerar também os demais gêneros. Neste contexto, surge a necessidade de explorar novas concepções de masculinidade e de compreender e abarcar também as necessidades dessa população em específico. Assim, procurando considerar as diferentes e específicas vulnerabilidades, características e expressões sociais, a adoção de uma perspectiva interseccional torna-se cada vez mais atrativa e necessária (Weber, 1983 [1946]; Collins; Bilge, 2021 [2016]; Wall *et al.*, 2016):

As concepções de masculinidade vêm se modificando e capilarizando de forma a normatizar uma masculinidade plural, com menos determinações rígidas e com maior grau de tolerância à diversidade (homem, residente no Brasil, faixa etária até 25 anos).

Ora, já no que se refere à segunda categoria identificada, “transformações percebidas enquanto negativas”, as respostas são muito residuais. Estas reconhecem que existem, de facto,

transformações, mas consideram que as mesmas são negativas/prejudiciais. Os relatos infra são exemplificativos disso:

Creio que os homens se sentem deslocados e perdidos, sem as referências que as últimas gerações tinham do que é ser homem ou masculino (mulher, residente no Brasil, faixa etária dos 46 aos 55 anos).

Acho que a sociedade em transformação constante confunde o papel do homem na mesma. Após a difusão do homossexualismo – que não tem a ver com a masculinidade em si, mas com comportamentos do homem dentro de quatro paredes –, tudo se transformou e o homem deixou de exercer seus papéis (mulher, residente no Brasil, faixa etária dos 56 aos 65 anos).

Considera-se curioso ressaltar que a participante do segundo excerto supracitado emprega o termo “homossexualismo” que, historicamente, carrega uma conotação pejorativa em relação às práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo e está enraizado em uma perspectiva associada à patologização, encontrando-se o termo fundamentado por um paradigma vinculado à compreensão medicalizada (cf., entre outros, João Silvério Trevisan, 2000). Atualmente, utiliza-se o termo “homossexualidade” para denotar tais práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, refletindo uma mudança contemporânea em direção a uma conceituação mais inclusiva e não patologizante, embora esta posição mais inclusiva não seja do agrado nem adotada por todos/as.

Assim, podemos estar cientes de que estas transformações geram ainda desconforto em muitas pessoas – não somente em homens –, especialmente no que respeita à redefinição dos papéis por eles desempenhados numa nova estrutura de gênero. Como tal, uma vez mais, a adoção de políticas públicas de caráter educativo urge, procurando instaurar a aceitação de abordagens mais flexíveis e inclusivas de masculinidade, a promoção da equidade e a redefinição do significado do “ser homem” na sociedade.

Como referem Wall, Aboim e Cunha (2010, p. 461), e em jeito de conclusão, “os caminhos para a reconstrução da masculinidade são pouco monolíticos e até ambivalentes, é inegável que os homens sabem hoje, muito claramente, aquilo que não querem ser”. Como tal, aceitemos aquilo que eles querem ser, sem impor aquilo que a sociedade quer que eles sejam.

Reflexões finais

Conforme previamente referido e ao encontro da literatura, é possível indagar que as percepções acerca daquilo que é “ser homem” têm sofrido alterações ao longo do tempo, não fosse o conceito perpassado por questões históricas e contextuais (entre outras). Por meio dos dados exploratórios recolhidos e previamente apresentados, e ao encontro dos estudos mobilizados para embasamento, é possível identificar, embora que muito timidamente, dada a limitação amostral, indícios desses impactos positivos promovidos pelos estudos sobre a(s) masculinidade(s), que, não obstante, ainda de uma forma bastante insípida, parcial e dependente de uma mudança generalizada e transversal em diversos contextos – sociais, culturais, econômicos, políticos, entre outros –, vem facilitando o processo de transformação.

Esse movimento de transformação é observável, até certo ponto, em vários aspetos, nomeadamente: (i) a quebra da ideia de universalidade e (ii) o estabelecimento de um maior respeito pela diversidade e pelas características específicas de cada um/a, repensando estereótipos outrora naturalizados, inclusive por meio do advento de uma maior divulgação das pautas feministas e de outros movimentos sociais; (iii) a consciência de fragilidade, conectada com (iv) um progressivo aumento ou atenção ao autocuidado; e, por fim, (v) o estabelecimento de relações interpessoais mais saudáveis, compreensivas e equitativas, não obstante por vezes promovidas pelas condições materiais impostas e por uma opressão sistémica, (vi) a abertura face a propostas de construção de realidades menos hierarquizadas e menos desiguais, numa postura de questionamento ativo do poder estabelecido, e, no seguimento disto, (vii) a adoção de uma perspectiva e postura interseccionais.

Não obstante a maioria dos/as participantes na pesquisa terem já escutado algo sobre o conceito de masculinidade, foi possível depreender que a familiaridade com a sua definição/significado efetivo é difusa e insuficiente, uma vez que expressões e visões estereotipadas, alicerçadas nos padrões hegemônicos de masculinidade, surgem, ainda assim, nas respostas, inclusive associadas a criações conceituais baseadas em princípios conservadores e religiosos ou meramente biológicos.

Todavia, muitas destas respostas indicam também caminhos e tentativas efetivas de transformação de cenários cristalizados/enraizados. Esses indícios, embora limitados, alimentam a esperança e a possibilidade de trabalho por um futuro promissor. Este fenómeno alerta-nos também para a importância do denominado “letramento de gênero” – que, como podemos verificar através dos dados exploratórios recolhidos e através da literatura sistematizada e mobilizada, é, ainda, extremamente escasso – e da difusão da educação sexual crítica

e reflexiva – também ela escassa, não só entre os participantes, mas, de um modo geral, alinhando-se com a teoria e a investigação consolidada.

Também através dos dados se percebe que os primeiros referenciais de informação relativa à temática em análise são os grupos de amigos/as e/ou familiares e, em seguida, as redes sociais, o que nos confronta com outro tipo de questões, como, por exemplo, “qual concepção de masculinidade é difundida nesses mesmos espaços?”. Os dados recolhidos refletem, também, entre a amostra, uma ausência (total ou pouco aprofundada) de discussão da temática em espaços formais de educação – básicos, médios ou superiores –, especialmente quando cruzamos com a categoria “faixa etária”. Neste sentido, uma vez mais e conforme proposto por estudos prévios, a aposta numa educação crítica – não só a nível formal, mas também informal – poderá ser a chave para o desenvolvimento da capacidade de separar aquilo que é ou não científico, aquilo que é ou não fiável. Ademais, também o controle e a devida punição dos discursos de ódio e falsas narrativas que proliferam – sendo as redes sociais e, associadas a elas, os média em geral, palco primordial e “fácil” para esse fenómeno – poderão se revelar imprescindíveis, inclusive ao nível da segurança (física, e não apenas psicológica ou cyber).

Um outro impacto apontado pela investigação e que se encontra alinhado com teoria prévia já consolidada diz respeito às novas práticas (e papéis) observadas em relação ao género e à(s) masculinidade(s). Os dados recolhidos ressaltam uma maior sensibilidade e associação do masculino ao que concerne a questões emocionais, bem como a questões que anteriormente não eram encaradas pelo “homem estereotipado” enquanto sua preocupação, tais como os cuidados – cotidianos e domésticos, associados à manutenção financeira, com a família e com a própria saúde.

Assim, diante de tudo o que foi apresentado e não obstante os desafios que ainda se apresentam, é possível observar contribuição do desenvolvimento dos estudos sobre género e, em particular, sobre masculinidade(s), na desconstrução e, por conseguinte, transformação dos modos de ser e de agir na hodiernidade.

Reconhecemos que a amostra de 73 participantes, obtida por meio de autosseleção irrestrita em redes sociais, apresenta limitações quanto à sua representatividade, especialmente no que concerne à diversidade. Posto isto, como sugestões para pesquisas futuras, apontamos a realização de entrevistas em profundidade e grupos focais que possam complementar os dados quantitativos numa vertente qualitativa e mais compreensiva, ampliando as narrativas recolhidas. Além disso, a consulta de entidades ou instituições de relevo para a temática (por exemplo, grupos locais ou redes de profissionais) poderia conferir uma maior heterogeneidade à amostra, assim como o aprofundar das diferenças sociodemográficas dos participantes, e, por conseguinte, das experiências.

Referências

ABOIM, Sofia. “Género, família e mudança em Portugal”. In: WALL, Karin; ABOIM, Sofia; CUNHA, Vanessa (Eds.). *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2010. p. 39-66.

ABOIM, Sofia. “Masculinidade hegemónica e pluralidade no masculino: rumos a novos hibridismos do género”. In: ABOIM, Sofia; MARQUES, Antonio Manuel; COUTO, Maria Aparecida Souza; GOULART, Adalberto. *O que é masculinidade?* Lisboa: Escolar Editora, 2017. p. 11-47.

ADRIÃO, Karla Galvão. “Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: revisitando o campo”. *Cadernos de Género e Tecnologia*, CEFET/PR, v. 3, p. 09-20, 2005. DOI: 10.3895/cgt.v1n3.6135. Acesso em 12/06/2023.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do género masculino (Nordeste-1920/1940)*. Maceió: Catavento, 2003.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

AMÂNCIO, Lígia. *Masculino e feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento, 2010 [1994].

AMÂNCIO, Lígia; OLIVEIRA, João Manoel de. “Ambivalências e desenvolvimentos dos estudos de género em Portugal”. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, Lisboa, n. 32, p. 23-42, 2014. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8956/1/n32a04.pdf>. Acesso em 25/06/2023.

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Coimbra: Edições 70, 1977.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Traduzido por Sérgio Milliet. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019 [1949].
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Traduzido por Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Traduzido por Maria Helena Kúhner. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1998].
- BRANDÃO, Ana Maria. *E se tu fosses um rapaz? Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*. Porto: Afrontamento, 2010.
- BRANDÃO, Ana Maria; RÊGO, Sérgio Antônio Silva; SILVA, Joana Teixeira Ferraz da. "Gênero(s) e sexualidade(s): uma experiência de ensino em contexto acadêmico". *Configurações: Revista de Ciências Sociais*, v. 24, p. 83-104, 2021. DOI: 10.4000/configuracoes.14010.
- BUTLER, Judith. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Traduzido por Maria Antonia Muñoz. México: Paidós, 2001.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Traduzido por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].
- BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Traduzido por Patrícia Soley-Beltran. Barcelona: Paidós, 2006.
- CARRITO, Manuela; ARAÚJO, Helena C. "A 'palavra' aos jovens: A construção de masculinidades em contexto escolar". *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 39, p. 139-158, 2013. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71000/2/87704.pdf>. Acesso em 24/06/2023.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Traduzido por Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021 [2016].
- CONNELL, Raewyn W. *Gender and power: Society, the person and sexual politics*. California: Stanford University Press, 1987.
- CONNELL, Raewyn W. *Masculinidades*. México: UNAM, 2003 [1993].
- COUPER, Mick P. "Web surveys: A review of issues and approaches". *Public Opinion Quarterly*, n. 64, p. 464-494, 2000. DOI: 10.1086/318641. Acesso em 24/06/2023.
- DICIONÁRIO INFORMAL. "Homem". *Dicionário Informal*, 2023. Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/homem/sexo%20masculino/>. Acesso em 23/06/2023.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. *A crise da masculinidade: anatomia de um mito persistente*. Traduzido por Paulo Victor Bezerra. São Paulo: Blucher, 2022 [2018].
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 [1939].
- FLICK, Uwe. *Métodos qualitativos de investigação científica*. Lisboa: Monitor, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Traduzido por Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005a [1975].
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 21 ed. Traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005b [1975].
- FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- GEBARA, Ivone. *Teologia ecofeminista: ensaio para repensar o conhecimento e a religião*. São Paulo: Olho d'Água, 1997.
- GIFFIN, Karen. "A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico". *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, p. 47-57, 2005. DOI: 10.1590/S1413-81232005000100011. Acesso em 23/06/2023.

- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Traduzido por Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Traduzido por Octávio Gameiro. Oeiras: Celta Editora, 2000 [1979].
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008 [1989].
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Traduzido por Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985 [1956].
- GONÇALVES, Marco. “Prólogo: Novas Masculinidades”. In: MARÍN, Jorge García. *Novas masculinidades: o feminismo a (de)construir o homem*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2018. p. 17-22.
- GOVERNO DE PORTUGAL. *Igualdade de Gênero em Portugal – Boletim Estatístico 2022*. Comissão para a Igualdade de Gênero, 2022. Disponível em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2022/12/Igualdade-de-Genero-em-Portugal_-Boletim-Estatistico-2022P1.pdf. Acesso em 30/01/2025.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 [1932].
- HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. “Em cena, os homens...”. *Revista Estudos Feministas*, v. 6, n. 2, p. 370-374, 1998. DOI: 10.1590/%25x. Acesso em 23/06/2023.
- HEARN, Jeff. “From Hegemonic Masculinity to the Hegemony of Men”. *Feminist Theory*, v. 5, n. 1, p. 49-72, 2004. DOI: 10.1177/1464700104040813. Acesso em 23/06/2023.
- HIRATA, Helena. *O cuidado: teorias e práticas*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- hooks, bell. *El deseo de cambiar: hombres, masculinidad y amor*. Manresa: Bellaterra, 2021 [2004].
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HOUT, Réjean. *Métodos quantitativos para as ciências humanas*. Traduzido por Maria Luísa Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- JABLONKA, Ivan. *Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades*. Traduzido por Julia da Rosa Simões. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2021 [2019].
- KERN, Leslie. *Feminist City: Claiming Space In A Man-Made World*. Londres e Nova Iorque: Verso Books, 2020.
- LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. “Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades”. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008. DOI: 10.1590/S0104-026X2008000300005. Acesso em 23/06/2023.
- ONU MULHERES. *#Eles Por Elas*. Movimento ElesPorElas (HeForShe) de Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero – Kit de Ação. ONU MULHERES, s.d. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_kit_acao.pdf. Acesso em 30/01/2025.
- RICOEUR, Paul. *A simbólica do mal*. Lisboa: Edições 70, 2020 [1960].
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

SAAVEDRA, Luísa. "Diversidade na identidade: a escola e as múltiplas formas de ser masculino". *Psicologia, Educação e Cultura*, v. III, n. 1, p. 103-120, 2004. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4224/1/masculinidade.pdf>. Acesso em 23/06/2023.

SCHOUTEN, Maria Johanna. *Uma sociologia do gênero*. V. N. Famalicão: Húmus, 2011.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em 23/06/2023.

SIMMEL, Georg. *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*. ePubLibre, 2016 [1908]. Disponível em [https://soc2018.netlify.app/Simmel.%20Georg%20\(2016\)%20Sociologia.%20Estudios%20sobre%20las%20formas%20de%20socializacion.pdf](https://soc2018.netlify.app/Simmel.%20Georg%20(2016)%20Sociologia.%20Estudios%20sobre%20las%20formas%20de%20socializacion.pdf). Acesso em 23/06/2023.

TAVARES, Manuela. *Aborto e contraceção em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

UN WOMEN. *Ganha-Ganha: igualdade de gênero significa bons negócios*. UN WOMEN, 2021. Disponível em https://lac.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Americas/Documents/Publicaciones/2021/09/REPORTE_GANAR-GANAR_2021_PORTUGUES.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 30/01/2025.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. "Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal". *Anuário Antropológico*, v. 20, n. 1, p. 161-89, 1996. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6602>. Acesso em 12/06/2023.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. "Gênero". In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2015. p. 304-307.

WALL, Karin; ABOIM, Sofia; CUNHA, Vanessa. "A vida Familiar no Masculino: Negociando velhas e novas masculinidades". In: *Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego - Coleção Estudos*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação, 2010.

WALL, Karin (Coord.). *Livro Branco – Homens e Igualdade de Gênero em Portugal*. Lisboa: FFMS, 2016. Disponível em <https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-07/Livro-Branco-%E2%80%93-Homens-e-Igualdade-de-G%C3%A9nero-em-Portugal.pdf>. Acesso em 23/06/2023.

WEBER, Max. *Fundamentos da sociologia*. 2 ed. Traduzido por Mário Rietsch Monteiro. Porto: Rés, 1983 [1946].

Sérgio Antônio Silva Rêgo (id7107@alunos.uminho.pt; santoniorego@gmail.com) é doutor em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, mestre em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco e graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. Integrante do Observatório dos Movimentos Sociais da América Latina, do Grupo Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina e do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais.

Joana Teixeira Ferraz da Silva (id8752@alunos.uminho.pt; joffeixeira@gmail.com) é doutora em Sociologia pela Universidade do Minho, com financiamento FCT (Ref. 2021.05582.BD). Mestre em Sociologia, com especialização em Políticas Sociais pela mesma universidade. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade de Taubaté. Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho e integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais.

Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro (rafaelasgr@ics.uminho.pt; raffaellaribbeiro@hotmail.com) é mestre em Sociologia pela Universidade do Minho, com especialização em Políticas Sociais. Licenciada em Sociologia pela mesma universidade. Trabalha enquanto Gestora de Ciência e Tecnologia no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho. Integrante do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

RÊGO, Sérgio Antônio Silva; SILVA, Joana Teixeira Ferraz da; RIBEIRO, Rafaela Sofia Gonçalves. "'Com H sou muito homem': masculinidades, desafios e transformações hodiernas". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 3, e96641, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 04/10/2023
Reapresentado em 27/02/2025
Aprovado em 15/03/2025

